TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano III – nº 28 – Dezembro de 2003

Código de Ética é aprovado

Após dois anos de análises e discussões, a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovou o Código de Ética Parlamentar. A Alepe é a terceira na Região Nordeste a adotar a medida, que define regras básicas de conduta e decoro parlamentar.

Páginas 4 e 5



TUCA SIQUEIRA

Pelo segundo ano consecutivo, o Palácio Joaquim Nabuco, sede da Assembléia Legislativa, foi iluminado para as festas de fim de ano. Um sistema de flashes e refletores proporciona a alternância de cores no prédio. Os Anexos I e V também receberam luzes e decoração natalina.

Página 7

EDITORIAL

O SIGNIFICADO DA ÉTICA NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Para falar no Código de Ética aprovado pelo Poder Legislativo, é necessário, antes, discutir *o que significa* Ética. Como podemos adjetivar uma determinada atitude como ética ou aética? O que leva a sociedade a questionar atos, quer sejam de profissionais ou de homens públicos, definindo-os a partir do conceito da Ética?

O estudo da Ética refere-se aos atos do ser humano, se partirmos para um conceito filosófico. O adjetivo ético está relacionado a princípios que vão sendo definidos como "corretos" ou "incorretos".

Código aprovado pelo Poder Legislativo é uma satisfação que se dá ao povo pernambucano

A idéia se traduz na forma de vida de cada um, na maneira como se encaram determinadas ações. Assim, o modo de ser e estar no mundo também pode ser definido a partir de critérios como ético/aético.

O Código de Ética do Poder Legislativo de Pernambuco não é um manual ou uma fórmula. É um compromisso com a sociedade. É uma satisfação que se dá à população, caracteristicamente, quando se trata de contextos democráticos.

A iniciativa é, ainda, uma proposta que implica rigor para com aqueles que representam o povo. Portanto, deles se exigem ações condizentes com aquilo que podemos definir como ético ou não, justo ou injusto, correto ou incorreto.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Fernando Lupa; **2º Vice-Presidente**, Deputado José Aglailson Júnior; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Bruno Rodrigues; **3º Secretário**, Deputado Nelson Pereira; **4ª Secretária**, Deputada Ceça Ribeiro. **Diretora do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Cláudia Lucena; **Editora:** Cláudia Lucena. **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Cláudia Lucena, Fernanda Rodrigues e Renata Rodrigues. **Estagiários:** Fellipe Marques e Marília Falcão. **Revisão:** Cláudia Lucena e Andréa Tavares. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera. **Fotógrafos**: Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares. **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217-2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

*Raul Henry **

Nos últimos anos, o Brasil praticamente universalizou o acesso ao Ensino Fundamental para a população em idade escolar, dos 7 aos 14 anos. O cumprimento dessa meta, no entanto, apenas dá início aos grandes desafios que a escola pública brasileira tem pela frente.

BRENO LAPROVITERA



No elenco de males a serem enfrentados na construção de uma escola de qualidade para todos estão a evasão e a repetência escolar.

A observação da série histórica dos dados do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) apresenta uma relação de causa e efeito entre evasão e desempenho escolar. Uma relação perversa e inversamente proporcional: quanto maior a evasão, pior o desempenho.

A constatação desse fato e a urgente necessidade de equacioná-lo encontram respaldo na legislação vigente. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei 10.172, são explícitos quando estabelecem o dever dos pais de matricularem seus filhos e assegurarem sua permanência na escola.

Com o propósito de consolidar esses fundamentos legais em uma lei estadual e estabelecer claramente as responsabilidades no processo de combate à evasão escolar, apresentamos à Assembléia Legislativa um projeto de lei determinando que os diretores das escolas públicas estaduais mobilizem a família e as autoridades competentes, no caso da identificação de ameaça de abandono da escola pelo aluno.

Há os que argumentam que a exclusão socioeconômica e a precariedade do padrão educacional de famílias que vivem em situação verdadeiramente subumana tornam intervenções dessa natureza ineficazes.

De fato, o enfrentamento à questão da miséria e da exclusão exige um conjunto de políticas compensatórias, redistributivas e de desenvolvimento econômico voltadas para essas populações.

Esse argumento, no entanto, não anula o caráter essencial e absolutamente prioritário da política educacional na reversão estrutural da desigualdade. A escola é o espaço onde se formam as futuras gerações e só ela é capaz de reduzir o abismo das desigualdades de futuras oportunidades. A experiência internacional é repleta de exemplos, tais como Japão, Espanha, Irlanda e Coréia, o mais eloqüente deles.

O Brasil, é necessário reconhecer, tem realizado esforços nessa direção. O Programa Bolsa-Escola, criado para combater a evasão e ao mesmo tempo complementar a renda familiar, investe hoje, mensalmente, R$ 124 milhões no atendimento de cinco milhões de famílias.

O desafio de construir uma escola pública universal e de qualidade é gigantesco, e o diagnóstico de como enfrentar suas inúmeras deficiências é complexo, mas é inquestionável a importância primordial da permanência do aluno na escola. Todas as intervenções nesse sentido, inclusive as de conteúdo coercitivo, devem fazer parte de um conjunto de ações complementares entre si que garantam esse objetivo.

** Deputado estadual pelo PMDB e presidente da Comissão de Educação da Alepe.*

LIVROS

AS NOVIDADES DA BIBLIOTECA

TUCA SIQUEIRA



Portadores de deficiência visual já podem consultar a Constituição Federal em braille. Essa é uma das novidades da biblioteca da Alepe. O setor também adquiriu diversos periódicos, como revistas especializadas na área de Direito e assinaturas de jornais, para incentivar a prática de pesquisas. Publicações editadas pelo Senado também foram doadas à Casa Joaquim Nabuco. "Vamos atualizar o acervo nas áreas de Ciências Sociais, Política e Direito", informou a chefe da seção, Sirlênia Araújo. Segundo ela, a intenção é transformar a biblioteca num espaço cultural para exposições e lançamento de livros.

LEI ORÇAMENTÁRIA

Assembléia aprova orçamento do Estado para o próximo ano

FERNANDO SILVA



Projeto da LOA recebeu número recorde de emendas e foi alvo de debate durante votação em Plenário

Números da LOA

O orçamento prevê um montante de R$ 8,178 bilhões em receitas

O valor é 5, 73% maior que o estimado para este ano

A expectativa de arrecadação de ICMS é 12,5% maior que o valor reestimado para 2003, totalizando R$ 3,243 bilhões

A LOA prevê 52,92% do valor da receita corrente líquida (RCL) do Estado com o pagamento de pessoal e de obrigações sociais

Os gastos com a área social representam 73,2% do total da despesa prevista para 2004

Cerca de 5,5% dos recursos disponíveis serão investidos em empreendimentos no setor de infra-estrutura

A LOA prevê um reajuste de 13% para os orçamentos do Tribunal de Contas, Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Ministério Público do Estado.

TUCA SIQUEIRA



Rufino destacou trabalho da Comissão de Finanças

Após o processo de análise e aprovação de um número recorde de emendas, o Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo ano foi aprovado pela Assembléia Legislativa. Para ter seu processo de tramitação concluído na Casa, o orçamento de 2004 teve que superar várias etapas. Além do impasse e da liminar concedida ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, que reivindicavam um percentual maior de reajuste nos seus orçamentos, a proposta foi alvo das críticas da bancada de Oposição da Alepe, que, com uma manobra, tentou evitar a votação do projeto em Plenário.

Os oposicionistas criticavam a proposição aprovada pela Casa, principalmente em relação à Subemenda Modificativa nº01, de autoria do deputado Adelmo Duarte (PFL) e subscrita por mais 33 parlamentares, definindo o percentual de reajuste do Tribunal de Justiça (TJPE) e do Ministério Público (MPPE) em 13%, e não em 29%, como as instituições solicitavam.

Segundo a bancada, o percentual é insuficiente para possibilitar a implementação do Plano de Cargos e Carreiras do TJPE, além de não permitir ao MPPE a nomeação de 94 promotores concursados, para atender à demanda dos municípios do interior. Apesar da ação da maioria dos oposicionistas, que esvaziou o Plenário e solicitou verificação de quorum, a proposta foi aprovada com 23 votos favoráveis e três contrários.

O relator dos orçamentos do TJPE e MPPE na Comissão de Finanças foi o deputado Pedro Eurico (PSDB). De acordo com ele, o percentual solicitado pelos órgãos tornaria inviável a execução do Programa de Governo para o exercício de 2004. "Após contato com os Poderes, tentamos reduzir a discrepância entre as necessidades apresentadas por essas instituições e a proposta inicial do Governo, de 10%, equiparando com o percentual concedido ao Tribunal de Contas e à Assembléia Legislativa, que foi 13%. O reajuste reivindicado criaria um descompasso entre o acréscimo da despesa gerada e a previsão de receita para esse período, procedimento que contraria os princípios básicos do equilíbrio fiscal", destacou.

No total, o orçamento 2004 recebeu 1.712 emendas, mas foi aprovado com 1.204 alterações, sendo 676 propostas pelos governistas, e 526 de autoria de parlamentares da Oposição. A líder de aprovação foi a deputada Dilma Lins (PL), que conseguiu acrescentar à LOA 283 sugestões.

O orçamento do Estado para o próximo ano prevê uma expectativa de receitas no valor de R$ 8,178 bilhões, sendo cerca de R$ 6,2 bilhões provenientes do Tesouro, e R$ 1,8 bilhão originado das receitas arrecadadas pelas entidades de administração supervisionada. Esse montante é 5,73% maior que o valor previsto para 2003.

O presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação e relator-geral da LOA, deputado Sebastião Rufino (PFL), destacou o cumprimento do trabalho do colegiado. "A Comissão de Finanças avaliou 1.712 emendas, um número recorde na história da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Fico feliz por termos cumprido o nosso dever e realizado um trabalho profícuo. Agradeço aos parlamentares e a toda a equipe que participou desse processo", salientou.

PROJETO

CÓDIGO DE ÉTICA NORTEAR

No último dia 25 de novembro, a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovou, por unanimidade, o Código de Ética Parlamentar. A Alepe é a terceira do Nordeste a adotar a medida. Até então, somente as Assembléias do Ceará e do Piauí já haviam definido normas de conduta parlamentar.

O Código de Ética da Alepe foi apreciado após dois anos de análises, discussões e modificações ao projeto original, que data de 2001. O Substitutivo nº02 ao Projeto 31/2003, aprovado, agora, foi elaborado pela subcomissão composta pelos deputados Augusto Coutinho (PFL), Carla Lapa (PSB) e José Queiroz (PDT).

O Código estabelece as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos parlamentares, além de trazer definições sobre o processo disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas à ética e ao decoro parlamentar.

Proposição estabelece regras básicas de decoro, além de trazer definições sobre o processo disciplinar

Para o presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), e o primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), o projeto garantirá, ainda mais, a transparência do Poder Legislativo perante a sociedade (ver entrevista na pág. 5).

De acordo com a matéria aprovada, 14 deputados integrarão a Comissão de Ética, sendo sete titulares e sete suplentes. O colegiado ficará responsável por, entre outros pontos, analisar os processos e aplicar as medidas disciplinares previstas, que variam de censura escrita, suspensão temporária à cassação do mandato. A comissão deverá ser escolhida, por votação em Plenário, na mesma ocasião da eleição da Mesa Diretora, e nenhum dos seus integrantes pode fazer parte da Mesa.

Para os líderes do Governo e da Oposição, deputados Bruno Araújo (PSDB) e Sérgio Leite (PT), o Código disciplinará melhor o comportamento do parlamentar. "Ele definirá regras e influenciará no sentido de valorizar a questão institucional, assim como contribuirá para amadurecer o desenvolvimento das relações na Casa", afirmou Araújo. "É um importante instrumento de conduta e um avanço para o Poder Legislativo, além do mais, seu conteúdo foi elaborado a partir de um consenso entre os parlamentares. O Código é, ainda, um exemplo para os outros Poderes", completou Leite.

Histórico - O primeiro projeto relativo ao Código de Ética Parlamentar da Alepe foi elaborado em 2001, pelo deputado Pedro Eurico (PSDB), e analisado por uma Comissão Especial, presidida pelo então deputado Gilberto Marques Paulo. No ano passado, o ex-deputado Carlos Lapa pediu vistas ao documento produzido pela Comissão Especial e reformulou a proposta, cujo relator foi o deputado Augusto Coutinho (PFL). Como não houve tempo para que o Código fosse votado, o projeto foi arquivado com o término da legislatura.

No início deste ano, Coutinho pediu o desarquivamento da matéria. Todo o processo de análise e elaboração da proposta final aprovada pela Casa foi feito, durante o primeiro semestre, pela subcomissão criada pela Comissão de Justiça da Alepe, que também estuda a reformulação do Regimento Interno da Assembléia.

O trabalho de elaboração do Substitutivo nº 02 teve, ainda, a contribuição da procuradora da Casa Juliana Salazar, do assessor da Comissão de Justiça Paulo Roberto Pinto e do técnico legislativo José Carlos Santana.



Após dois anos de análises e discussões, proposta foi apro

O QUE PREVÊ A MEDIDA

- Criação da Comissão de Ética, que ficará responsável pela análise dos processos disciplinares e encaminhamento da aplicação das penalidades
- A comissão será eleita em Plenário, na mesma ocasião da eleição da Mesa Diretora, e obedecerá ao critério da proporcionalidade
- Os integrantes do colegiado não podem fazer parte da Mesa Diretora da Casa e terão mandato de dois anos
- As medidas disciplinares variam de censura escrita à perda do mandato
- É assegurado ao parlamentar que sofrer processo disciplinar o direito à ampla defesa e prazo de dez dias para entrega de provas para se defender
- A decisão da aplicação da pena ao parlamentar alvo de processo deve ser votada pelo Plenário da Casa
- A apuração dos fatos poderá ser solicitada pela Comissão de Ética ao Ministério Público ou às autoridades competentes

Jornalistas de Política avaliam resultado

"O Código era uma cobrança dos deputados que estavam à frente da elaboração do texto, bem como da sociedade. Ele veio em boa hora, num momento em que todos clamam por mais transparência política. Com regras definidas, é possível que os parlamentares desempenhem melhor suas funções. A imprensa se manterá firme no propósito de fiscalizar." **Ricardo Dantas Barreto** - *Editor de Política da Folha de Pernambuco.*

"Tratar de ética em qualquer segmento da sociedade é muito importante. Embora o Código de Ética da Alepe tenha demorado muito para ser aprovado, acredito que a iniciativa foi importante para o Legislativo. Quanto à opção por não instalar a Ouvidoria, espero que ela seja revista." **Ciro Rocha** - *Editor de Política do Jornal do Commercio.*

"A permanência da imunidade para crimes comuns traz prejuízos. Gostaria que os pontos que ficaram intactos, como o compromisso de obediência às boas regras de respeito pessoal e comportamento adequado, fossem levados a sério. E que venha o rigor para os que não se adequarem." **Beatriz Ivo** - *Editora-assistente de Política do Diario de Pernambuco.*

RÁ CONDUTA PARLAMENTAR

ROBERTO SOARES



ovada por unanimidade, no dia 25 de novembro, em Plenário

ASSEMBLÉIAS QUE JÁ TÊM A LEI

Acre	-	Resolução nº 158/03
Ceará	-	Resolução nº 473/03
Distrito Federal	-	Resolução nº 110/96
Espírito Santo	-	Resolução nº 1.785/95
Minas Gerais	-	Resolução nº 5.207/02
Mato Grosso	-	Resolução nº 012/97
Pará	-	Resolução nº 11/97
Piauí	-	Resolução nº 355/97
Rio Grande do Sul	-	Resolução nº 2.514/93
Roraima	-	Resolução nº 029/95
São Paulo	-	Resolução nº 766/94
Tocantins	-	Resolução nº 204/98

Para Romário e Negromonte, Alepe deu um grande passo

Qual a importância do Código de Ética para o Legislativo?

Romário Dias - O Código de Ética é importantíssimo para qualquer casa legislativa. Quando assumi a Presidência da Assembléia, em 2001, esse foi um dos primeiros pontos a ser debatido. Nem o Senado nem a Câmara Federal dispunham desse mecanismo disciplinar. Demoramos um pouco na elaboração do documento, mas acho que o resultado foi satisfatório.

João Negromonte - Com a iniciativa, a Alepe cria para si uma responsabilidade muito grande. Não passará em branco a conduta de qualquer deputado que vá de encontro aos princípios éticos. Por meio do Código de Ética, a sociedade pode cobrar o enquadramento dos parlamentares.

Que pontos se destacam no Código implementado pela Alepe?

Romário - Todos os pontos estão interligados. Os que têm um encaminhamento mais duro são os que tratam do comportamento do parlamentar na sua vida pública. O deputado tem que se policiar. Não podemos cerceá-lo do direito de criticar ou dizer o que pensa, mas tudo de acordo com a ética. A crítica é válida, é um instrumento de trabalho. Mas o deputado não pode ser leviano, ele tem que ter provas do que está dizendo.

Negromonte - É todo o conjunto. A aprovação do documento tem, também, um peso simbólico, pois representa o disciplinamento dos que integram a Casa Joaquim Nabuco como representantes do povo e é uma resposta à demanda da sociedade democrática.

Qual a opinião dos senhores sobre a imunidade parlamentar?

Romário - Sou contrário a essa prática. No próximo ano, procurarei ter um entendimento com os líderes partidários e com a Mesa Diretora da Casa para aprovarmos o fim da imunidade. O parlamentar tem que pagar na Justiça por seus erros, como qualquer cidadão comum.

Negromonte - A imunidade parlamentar é um aspecto negativo dentro de um Estado Democrático de Direito. A responsabilidade do parlamentar é ainda maior do que a do cidadão comum, e ele tem que estar ciente disso. O presidente Romário Dias foi feliz ao abordar esse tema. Vou apoiá-lo e trabalharei para que a imunidade parlamentar seja anulada.

ROBERTO SOARES



Presidente considera resultado satisfatório

BRENO LAPROVITERA



1º secretário destaca responsabilidade

PRÊMIO

DEPUTADOS RECEBEM O *LEÃO DO NORTE*

O dia 25 de novembro foi de festa na Assembléia Legislativa. Os deputados Augusto Coutinho (PFL), Raul Henry (PMDB) e Sérgio Leite (PT) receberam o *Troféu Leão do Norte*. Eles conquistaram o prêmio nas categorias Desenvolvimento Econômico/Administrativo, Desenvolvimento da Educação e Desenvolvimento Cultural, respectivamente.

Coutinho, que está fazendo curso nos Estados Unidos, foi representado pela esposa, Isabela, e pelos filhos, Augusto, Camila, Rodrigo e Gabriela.

Henry recebeu o troféu das mãos da professora Edla Soares, secretária de Educação do Recife. Francine e Sérgio Leite Filho entregaram a estatueta ao pai, Sérgio Leite.

O presidente da Alepe, deputado Romário Dias (PFL), destacou a parceria entre a Casa e o Banco do Brasil, patrocinador do *Leão do Norte*. "O prêmio é muito importante para o parlamentar no cumprimento do mandato", observou, lembrando ter recebido o troféu, há três anos.

Premiação representa o reconhecimento do trabalho parlamentar ao longo do ano

O primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), ressaltou o trabalho do escultor Jobson Figueiredo, que confeccionou as estatuetas, e da comissão julgadora. "O prêmio significa o reconhecimento do trabalho parlamentar, durante o ano", resumiu Negromonte, vencedor, em 2002, na categoria Cultura.

Augusto Coutinho Filho, 11 anos, leu, na tribuna, mensagem de agradecimento em nome do pai. Sérgio Leite, por sua vez, assinalou que, desde os tempos de vereador, "sempre deu atenção à cultura".

Raul Henry comentou que o trabalho educacional "é apaixonante, por ser o principal instrumento de libertação das pessoas, na construção da cidadania".

O vice-governador Mendonça Filho, o deputado federal José Mendonça, parlamentares, secretários, parentes e amigos dos agraciados lotaram o Plenário. O *Coral Vozes de Pernambuco*, formado por servidores da Alepe, também marcou presença.

FERNANDO SILVA



Isabela e Augusto Coutinho Filho representaram o deputado vencedor em Desenvolvimento Econômico

FERNANDO SILVA



A secretária municipal Edla Soares entregou o troféu a Raul Henry, ganhador na categoria Educação

FERNANDO SILVA



O deputado Sérgio Leite, destaque na área cultural, recebeu a escultura dos filhos Sérgio e Francine

ILUMINAÇÃO

LUZES DÃO O TOM DO FINAL DE ANO

FERNANDO SILVA



Uma das novidades deste ano foi a decoração natalina, no pátio entre os Anexos I e V

Às margens do Rio Capibaribe, na Rua da Aurora, o Palácio Joaquim Nabuco enfeita a paisagem da cidade, até o dia 6 de janeiro. Este ano, o prédio recebeu, novamente, um sistema especial de iluminação, inaugurado, no último dia 17 de novembro, pelo presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL), e pelo primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB).

Para refletir dez cores diferentes, entre elas, lilás, azul, roxo e amarelo, foram utilizados 140 canhões de luz. Os tons ressaltam a arquitetura clássica do prédio do século XIX, destacando as colunas e a cúpula.

Uma das novidades foi a instalação de um sistema chamado *Ministrob*, já utilizado na Torre Eiffel, em Paris. Cem flashes colocados na fachada externa da Casa provocam efeito semelhante ao uso simultâneo de várias câmeras fotográficas.

A iluminação do Palácio Joaquim Nabuco e do Edifício Anexo I, também destaque este ano, ficou sob a responsabilidade de Mano Oliveira.

Outra novidade foi a decoração natalina, assinada por Brisa Nazarim, no pátio localizado entre os Anexos I e V. O trabalho valoriza a cultura nordestina.

PERSONAGEM DA ALEPE

GRAÇA, ATUAÇÃO DINÂMICA NO LEGISLATIVO

MOISÉS BARBOSA



Chefe da Divisão de Assistência às Comissões é servidora da Casa há 23 anos

Muitos fazem do trabalho a sua vida. Dedicam-se às obrigações profissionais com a mesma paixão voltada para os compromissos familiares. Assim se considera a chefe da Divisão de Serviços Auxiliares e Assistência às Comissões, Graça Vasconcelos. Funcionária da Alepe há 23 anos, ela assumiu o atual cargo em meados da década de 90.

"Comecei como chefe de gabinete do deputado Henrique Queiroz e passei um curto período chefiando a extinta Seção de Mecanografia", lembrou, ressaltando que, entre 1984 e 1986, também trabalhou na Secretaria da Fazenda.

"No Plenário, tenho 49 patrões e 49 amigos. Minha diretora, Ana Olímpia, e Alice Fraga (ex-funcionária da Casa, que se aposentou como chefe do Cerimonial) são dois grandes exemplos de competência e dedicação ao trabalho", citou, também elogiando a atuação da Mesa Diretora "por promover inúmeras mudanças na estrutura da Casa". "Mas faço um apelo para que a Mesa olhe, com atenção, para o nosso Plano de Cargos e Carreiras."

A demanda da divisão que coordena inclui a produção das atas de reuniões do Plenário. Pela manhã, Graça dá suporte às comissões, agendando reuniões ordinárias e audiências públicas. "Não tenho hora para sair do trabalho. No episódio da venda Celpe, em 2000, quase dormi na Assembléia", confessou.

Considerada pelos amigos uma pessoa alegre e extrovertida, Graça, que é formada em História e pretende fazer especialização em Ciência Política, destacou que seus *hobbies* favoritos são música, dança e viagens. "Sempre comemoro o Carnaval e o São João e tenho o sonho de conhecer as cidades históricas de Minas Gerais. O problema é que morro de medo de avião", destacou ela, que é natural de Catende, na Zona da Mata Sul.

SEGUNDA CULTURAL

CANTATA NATALINA EMOCIONA PLENÁRIO

Clássicos natalinos emocionaram o público que compareceu ao Palácio Joaquim Nabuco, na última edição do Projeto Segunda Cultural deste ano. Entoando músicas que falam do nascimento e da vida de Jesus Cristo, cinco corais se apresentaram no Plenário da Casa, na noite de 1º de dezembro. O *Vozes de Pernambuco*, formado por funcionários da Alepe, foi uma das atrações do evento, que terminou com todos os grupos cantando *Noite Feliz*.

Regido pelo maestro José Beltrão, o *Vozes* trouxe no repertório músicas de Assis Valente (*Boa Noite*) e de Capiba (*Sino, Claro Sino*), entre outros compositores.

Também participaram da cantata os corais dos Tribunais Regional Eleitoral (TRE), Federal (TRF) e de Justiça de Pernambuco (TJPE), todos regidos pelo maestro Ricardo Farias, e o *Madrigal do Recife*, comandado por Beltrão. Para Farias, eventos como esse demonstram a preocupação dos órgãos públicos em promover uma melhor qualidade de vida aos seus servidores. Beltrão defendeu mais uma edição da cantata, no próximo ano.

O Projeto Segunda Cultural é uma realização da Mesa Diretora da Alepe. Desde que foi iniciado, em fevereiro deste ano, diversos artistas já se apresentaram no Plenário, como o grupo instrumental *Sa Grama* e os músicos Henrique Annes e Antúlio Madureira. O evento acontece toda primeira segunda-feira de cada mês, e a entrada é franca.

FERNANDO SILVA



No encerramento do encontro, integrantes dos cinco corais presentes se reuniram e cantaram *Noite Feliz*

FERNANDO SIVA



Quarteto Pérola Negra foi o destaque na décima edição do evento, em novembro

MÚSICA REGIONAL AO SOM DE SAX

O *Quarteto de Sax Pérola Negra* foi a atração da décima edição do Projeto Segunda Cultural, em novembro. O grupo foi criado há cinco anos e é formado somente por mulheres. As saxofonistas Lourdinha Nóbrega, Adna Soares, Cassiana Barros e Mayara Marinho destacaram no repertório músicas regionais, como o frevo e o choro, além de misturar composições de Hermeto Pascoal, Capiba, Sivuca e Ademir Araújo. As apresentações sempre têm a participação especial de uma percussionista.

Entre as oito músicas tocadas estavam *Cidade Lendária*, de Capiba, o frevo *Vassourinhas* e o Hino de Pernambuco. Lourdinha Nóbrega elogiou a iniciativa da Assembléia em promover o Segunda Cultural. "É uma oportunidade de divulgar o nosso trabalho e de registrar a força da mulher brasileira", destacou. O grupo, além de promover audições para alunos do Centro de Criatividade Musical de Pernambuco e apresentações em congressos, integra os Projetos Concerto para a Vida, da Prefeitura de Recife, e Os Maestros, que acontece nas ruas da cidade de Olinda.